

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENANCIO
LABORATÓRIO DE FORMAÇÃO GERAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Ana Caroline de Moraes

SOCIEDADE E HISTÓRIA:
Algumas reflexões sobre a (re)construção do estado haitiano.

Rio de Janeiro

2012

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENANCIO
LABORATÓRIO DE FORMAÇÃO GERAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Ana Caroline de Moraes

SOCIEDADE E HISTÓRIA:

Algumas reflexões sobre a (re)construção do estado haitiano.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio integrado em saúde com habilitação em Análises Clínicas.

Orientadora: Muza Clara Chaves
Velasques

Rio de Janeiro

2012

RESUMO

O Haiti foi uma colônia francesa que chegou a ser considerada uma das mais ricas no território latino-americano. Sua história foi marcada por uma revolução que influenciou toda a América Latina, a grande revolução negra do século XIX. Esta revolução acabou com o domínio branco na colônia, promovendo a sua independência, após a vitória sobre os

exércitos metropolitanos franceses. Porém, as lutas de independência não foram suficientes para dar fim as grandes desigualdades sociais e econômicas construídas durante séculos de domínio europeu. Após a independência a ilha caribenha ficou sob o domínio dos mulatos, que representavam a elite daquela sociedade, isso ocasionou uma permanência do sistema social já existente na sociedade haitiana e acabou por manter as desigualdades e as diferenças entre os grupos sociais. Esses conflitos geraram uma sucessão de governos instáveis, o que fez com que o Haiti ficasse, ao longo de sua história, vulnerável ao domínio estrangeiro, principalmente ao imperialismo estadunidense na América Latina. Os novos processos de submissão ao longo do século XX ocorreram de forma direta com intervenções militares ou como algum tipo de ajuda humanitária, mas também de forma indireta, através de ingerências políticas e econômicas. Partindo da análise dessas circunstâncias, a monografia aqui apresentada tenta compreender como esses processos, de contínuas disputas e submissões, influenciaram para que o Haiti, até hoje, não conseguisse construir sua autonomia como uma nação independente das ações e intervenções estrangeiras. Logo, o meu caminho de investigação buscou entender os processos que construíram as diferentes intervenções estrangeiras e os diferentes interesses em jogo na ocorrência delas, ao longo do século XX.

Palavras-Chave: Haiti, Independência, Intervenção.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	5
2.DO DESCOBRIMENTO A INDEPENDÊNCIA.....	7
2.1.Uma Nova Ilha Surge no Mapa.....	7
2.3.A Influência das Ideias Iluministas na Revolução Haitiana.....	8

2.4.Entre os Conflitos Surge a Independência.....	9
2.5. Repercussões da Revolução.....	10
2.6.Consequências da Independência.....	12
3.O HAITI E AS INTERVENÇÕES	16
3.1.A Construção de uma um Estado ou uma Nação?.....	16
3.2.As Brechas para a Entrada Estrangeira.....	17
3.3.Um Panorama Mundial.....	17
3.4.A Intervenção Militar Estadunidense.....	19
4. UMA NOVA ONDA INTERVENCIONISTA.....	22
4.1.Um Cenário Pós Saída Estadunidense.....	22
4.2.O Conceito de Instabilidade e Intervenção.....	23
4.3.Diplomacia Solidária.....	25
5.CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

1.INTRODUÇÃO

As imagens sobre o Haiti sempre nos revelaram um país ligado à pobreza e a dependência. Um país com a maior parte da população faminta e desnutrida. Um país que sobrevive a partir da ajuda estrangeira, o mais pobre da América Latina, “um país amaldiçoado” pela sua história. Essa é a visão geral sobre o Haiti da atualidade. Porém, o que poucos sabem é que a sua história foi marcada por uma luta incomum de independência, principalmente quando nos lembramos de sua centralidade no processo de exploração das Américas realizado desde o período colonial.

Não diferente do que vemos hoje, o Haiti sempre teve sua história e seu processo de lutas negligenciado por grande parte da população mundial. Apesar de ter tido uma das independências mais importantes de toda América, uma vez que foi o primeiro país latino americano a se tornar independente através de intensa luta dos escravos, pouco se ouve falar deste processo histórico, até mesmo nas escolas.

Com o PIB que não ultrapassou 12.44 bilhões de dólares em 2011 (THE WORLD FACTBOOK, 2012), a população Haitiana vive com menos de dois dólares por dia em condições sub-humanas. Sem água, sem saneamento básico, sem comida. Necessidades básicas com as quais o governo não consegue solucionar uma vez que não consegue lidar nem mesmo com seus próprios problemas políticos. Como podemos observar, não só a história do seu processo de lutas pela independência foi negligenciado, mas, também a sua população.

Os problemas apontados interligam-se com outros que atravessaram também toda a sua história. Só na década de noventa houve a primeira eleição considerada democrática no Haiti. Entretanto, essa experiência foi marcada com a já recorrente manipulação eleitoral, historicamente presente nos processos políticos do país que acabam por levar a mais regimes instáveis e autoritários.

Dentro deste quadro, a relação com outros Estados ou organismos internacionais é bastante complexa. Um país pra do qual o mundo só se lembra quando está sob catástrofes, como foi o grande terremoto em 2010, ainda atrai os olhares dos países mais desenvolvidos por apresentar grandes vantagens diante das intervenções destes.

Um discurso de que as ajudas humanitárias deveriam suprir as necessidades básicas de atenção à população é recorrente e vem acompanhado da ideia de que os sucessivos governos não dão conta dos problemas do país. As ações da ONU, por exemplo, corroboram para essa ideia, entretanto, também não tem um papel eficaz no ajuda da saída de uma crise econômica e social que é permanente. Por outro lado, a presença, muitas vezes armada, da ONU, cria um discurso da necessidade de sua presença em solo Haitiano.

Essa realidade levou-me a questionar a formação do Estado haitiano e seu processo de dependência externa. Entender essa formação é capturar a essência dos diferentes processos de dominação impostos não só ao Haiti, mas em toda América Latina. Além disso, ao procurar entender os processos históricos de dominação e neles os motivos das intervenções no Haiti durante o século XX, clareiam a interrogação sobre as dificuldades de consolidação da autonomia político-econômica do país.

Desta forma, este trabalho foi criado com o intuito de compreender quais os motivos que corroboraram com este processo de dominação. Para isso foi preciso avaliar a situação e a relação da ilha quando colônia. Foi preciso também entender as influências e os motivos que levaram a essa revolução e a conseqüente independência da ilha analisando assim a singular sociedade que se deu no Haiti pós-independência. Todos esses pontos supracitados estão presentes no primeiro capítulo através de uma abordagem mais histórica dos fatos.

Já o segundo capítulo aborda as relações de dominação que se deram no Haiti no século XX. Dominação, principalmente, norte-americana. O capítulo tenta mostrar as possibilidades que se deram para que houvesse essa dominação, seus reais interesses e suas conseqüências através de um olhar das relações que se davam no mundo inteiro.

Por último, no terceiro capítulo, tem-se uma discussão quais seriam os parâmetros que a ONU e os Estado usam para que uma intervenção aconteça. Através do conceito teórico de instabilidade e intervenção, tenta-se discutir e entender o porquê o Haiti foi um país escolhido para essas intervenções que em tese ajudariam a reestruturar o país. O capítulo termina questionando a diplomacia solidária, um novo modelo de intervenção colocado pela ONU.

2.DO DESCOBRIMENTO A INDEPENDÊNCIA

2.1.UMA NOVA ILHA SURGE NO MAPA.

Hispaniola, nome que os colonizadores espanhóis colocaram na ilha caribenha, foi a primeira terra da América em que os europeus pisaram quando descobriram o continente em 1492. A ilha era habitada por índios tainos que viviam de sua agricultura.

Porém, como em todo o continente americano, na ilha de Hispaniola também houve o genocídio indígena que ocorreu não só pela exploração dos colonizadores, mas também por doenças eurásianas que dizimaram milhares de nativos. Este processo causou uma necessidade de mão de obra para as lavouras açucareiras, mão de obra esta que foi trazida da África.

São Domingos foi uma das principais cidades fundadas pelos colonizadores nas ilhas caribenhas. Apesar de, em 1538, ter sido a primeiro território latino americano a ter uma universidade sofreu, igualmente como as outras colônias espanholas, restrições e proibições inerentes ao pacto colonial.

Entretanto, a importância da ilha não se comparou ao valor que o governo espanhol deu ao restante da América, uma vez que este tentava consolidar seu poder nos outros territórios o que deixou a ilha a mercê de reinos europeus, principalmente o Francês que estava em busca de novas colônias.

Com o início do processo de exploração Espanhol sobre o continente americano, após a chegada de Cristóvão Colombo, a ilha foi cedida como forma de pagamento à França pelas

dívidas espanholas e logo se tornou a mais rica colônia europeia. Através da exportação de açúcar e de outras especiarias, São Domingues - como era chamado o lado Francês antes da independência - produzia quase dois terços da riqueza econômica Francesa (NÓVOA, 2010). As relações de trabalho, a partir daí, passaram a se basear na escravidão constituída a partir do tráfico de escravos, o que fez com que mais da metade da população do Haiti fosse de origem negra africana.

A dominação Francesa em Saint-Domingue (São Domingos Francês) causou um crescente desenvolvimento no lado oeste da ilha, uma vez que nesta época a França tinha muito mais possibilidades de manter e investir em uma colônia. A partir disso houve maciços investimentos no tráfico negreiro e no desenvolvimento de plantation.

Por consequência, as disparidades entre a porção oriental, espanhola, e a ocidental, francesa, se tornou clara. Tanto a diferença populacional e demográfica quanto a diferença relacionada à economia e ao desenvolvimento da colônia.

Com isso, em 1697, através do tratado de Ryswick, Saint-Domingue é reconhecido oficialmente como possessão francesa tornando-se a colônia europeia mais rica e sendo conhecida como “Pérolas das Antilhas” (SEITENFUS, 1994). Colônia na qual a economia se baseava na produção de açúcar e no tráfico negreiro. Este era tão intenso que “Em 1785 os habitantes somavam 152 640, dos quais 30.000 eram escravos” (POMER, 1981).

Quando se trata das ilhas caribenhas durante o período colonial, pode-se perceber a estruturação desta sociedade em cinco grupos. Primeiro os brancos, donos de grandes engenhos seguidos pelos funcionários da monarquia francesa. Em terceiro lugar estavam uma pequena parte da população branca que se dedicava aos trabalhos livres de baixa remuneração como artesanato e pequeno comércio. Seguindo este grupo estavam os mulatos que eram cidadãos livres e, por mais que chegassem a possuir terra e escravos, não tinham um status social e estavam sempre tentando ascender nessa hierarquia. Por último, temos o grupo mais numeroso que é o dos escravos.

É nesta sociedade, altamente desigual, que se desencadeiam várias rebeliões tanto por influência das próprias condições de vida daquela sociedade, mas também por influência de ideias que ocorreram de um grande acontecimento histórico, a revolução Francesa.

2.3.A INFLUÊNCIA DAS IDEIAS ILUMINISTAS NA REVOLUÇÃO HAITIANA

Não é por pura coincidência que percebemos a proximidade das datas da revolução Francesa e da intensificação das revoltas em Saint-Domingue. Isto acontece pela grande influência que a revolução francesa teve primeiramente nos líderes das revoltas coloniais, mas também em toda sua população.

Com ideais de liberdade, igualdade e fraternidade a França passa por um período de grandes mudanças e lutas internas que começam em 1789, sendo permeadas de ideais iluministas, que diziam que todos são iguais e tem os mesmos direitos perante a lei.

Estas lutas que acabaram com o poderio do rei, da nobreza e por consequência do absolutismo influenciaram cidadãos haitianos letrados que viriam a se tornar líderes daquele povo em busca de uma sociedade senão igualitária, pelo menos livre.

É desta forma que em 1791, no mesmo ano da publicação da nova constituição francesa, há uma grande revolta com Vicent Ogé, um escravo livre que lutava contra o racismo. Racismo dos brancos em relação aos escravos livres, mulatos. Logo, esta luta tinha um caráter totalmente conservador, uma vez que só visava beneficiar aqueles negros que já estavam livres. Negros estes que muitas vezes possuíam seus próprios escravos.

Mas, a medida que a Revolução Francesa ia avançando as ideias de liberdade se tornavam mais presentes na ilha caribenha. E, em 1793, a escravidão é abolida na colônia. É importante constatar que esta é a época dita como era do “terror” na França, pois os jacobinos estavam radicalizando a revolução para atingir suas ideias. E por isso os rebeldes da colônia ficaram conhecidos como jacobinos negros.

Sendo assim Saint-Domingue se torna a primeira colônia a abolir a escravatura. A partir daí os ex- escravos começam a trabalhar nas lavouras mesmo que por baixíssimos salários. Como a França estava financeiramente abalada pela revolução não houve quem pudesse deter que esta lei entrasse em vigor na ilha caribenha.

2.4.ENTRE OS CONFLITOS SURGE A INDEPENDÊNCIA

Simultaneamente as revoltas coloniais e a revolta interna a França recebe um ataque Espanhol no qual há a exigência da volta da possessão de São domingos Francês para o domínio Espanhol.

É nesse momento que se levanta um grande nome não só para a derrota dos espanhóis, mas também para a independência. Este nome é Toussant L'Ouverture, um ex-escravo que possuía grande poder sobre as massas. Ele, que antes apoiava a Espanha, decide apoiar a França e garante a vitória destes.

A Espanha, em 1795, assina o tratado de Basiléia no qual cede a sua parte a França, unificando a Ilha sobre o domínio Francês. Porém, este domínio não se dá por muito tempo, uma vez que criollos e brancos espanhóis se revoltam com o objetivo de reincorporar a sua parte à Espanha.

Durante o século XVIII, as revoltas populares contra a exploração colonial aumentaram de forma significativa. No final do século, a população escrava e ex-escrava haitiana revoltou-se contra seus dominadores sob a liderança militar de Toussant.

Em um primeiro momento a França não interviu no Haiti, já que passava por sua própria guerra civil no processo da Revolução Francesa. Porém, após a relativa estabilização política na França, em 1801, Napoleão mandou um exército para instituir novamente a escravidão e a integralidade de seu domínio na colônia.

Entretanto esta ordem não foi cumprida em Saint-Domingue o que leva ao aprisionamento de Toussant pelo exército Francês e a conseqüente ascensão de Jacques Dessalines, discípulo e homem de confiança de Toussant.

Nesta altura dos acontecimentos, apesar do aprisionamento de seu líder, o exército haitiano venceu o exército mais temido da época, o de Napoleão Bonaparte. E, em 1804, foi proclamada a independência de Saint-Domingue que passou então a se chamar Haiti¹. Neste momento, Dessalines foi coroado imperador na mesma época e, ao tentar unificar os interesses dos mulatos e negros acaba por confiscar as propriedades e os direitos da população branca (WASSERMAN;GUAZELLI,1996 apud FONTELLA;MEDEIROS, 2007).

Logo, como pode-se observar que o processo histórico de construção da sociedade haitiana se fez através de um processo de luta único em relação às outras colônias da

¹ Vocábulo que significava “montanhas altas” na língua dos índios nativos da ilha.

América, já que essa luta representou, em parte, uma luta na qual a população foi altamente atuante, mesmo que de forma a realizar, posteriormente, os interesses de uma elite mulata.

2.5. REPERCUSSÕES DA REVOLUÇÃO

Não houve um reconhecimento imediato da independência haitiana pelos outros países causando uma exclusão econômica e, por último, a instabilidade política e econômica que se deu no país por causa das lutas pelo governo entre mulatos e negros.

Porém, a revolução Haitiana também gerou uma grande repercussão na América Latina e na Europa. Ocasionalmente o chamado medo negro. “Depois da Revolução Haitiana, a América Latina não seria mais a mesma, por todos os seus recantos se disseminaria *o medo negro*” (FONTELLA; MEDEIROS, 2007).

Em relação a Europa pode-se dizer que essa repercussão se deve muito mais a grande brutalidade com a qual os brancos foram tratados na ex-colônia. Juntamente a isso se tem a ocorrência da perda do seu poderio direto sobre a América Latina.

Essa perda do poderio direto europeu faz referência às influências que a revolução teve sobre a América-Latina, uma vez que esse medo negro gerou nas elites coloniais um sentimento de necessidade de revolução, de independência, somente para que esta fosse feita pelas próprias elites coloniais de modo tal que suas colônias não seguissem o exemplo Haitiano. Por este motivo que se fala sobre perda do poderio direto Europeu, já que o fato das elites coloniais continuarem no poder significava forte influência Europeia, pelo menos a princípio.

Em última análise, o processo de independência das principais colônias da América Latina caracterizou-se pelo conservadorismo das elites coloniais, e isso se deve ao medo de que esses grupos sociais tinham de que a experiência haitiana viesse a repetir-se em seus territórios (FONTELLA; MEDEIROS, 2007).

Com isto é possível colocar em pauta uma importante diferenciação entre o processo de independência do Haiti e de outros latino-americanos. Enquanto no primeiro a revolução foi conduzida pela população ex-escrava e a elite mulata, no segundo foi conduzida pelas elites coloniais, sem a participação popular – como é o caso do Brasil, por exemplo. Porém, é imprescindível notar, que em ambos os casos o poder ficou nas mãos das elites de maneira tal que a independência não significou uma mudança estrutural na sociedade.

2.6. CONSEQUÊNCIAS DA INDEPENDÊNCIA

Dessalines fica no poder, após a proclamação da independência, e logo se proclama imperador, estabelecendo trabalhos forçados. O Haiti foi condenado a solidão e, nem mesmo Bolívar, que fora apoiado pelos haitianos com armas e soldados, com a garantia que esse libertasse os escravos, afirmou o reconhecimento diplomático do país.

Porém não era só o governo que sofria com lutas internas, na verdade, a população sofria uma grande dissensão de interesses que acabou por se refletir nas formas de governo.

Foi exatamente essa dissensão que provocou grandes lutas internas, uma vez que mesmo após a independência a estrutura da sociedade não mudou em nada, já que o poder estava nas mãos dos mulatos. Mais que lutas internas, essa dissensão também ajudou, posteriormente, na intervenção estrangeira, pois o governo preferia pedir ajuda externa ao invés da ajuda do grupo rival (NICHOLLS,1996 apud MATIJASCIC,2010).

Com o fim do sistema colonialista a grande união, entre negros e mulatos, que fora feita para a destruição de um inimigo comum, o colonizador, acabou sendo desfeita. As diferenças entre esses dois grupos eram muito fortes e agora esses laços já não podiam mais ser mantidos, pois cada lado queria estar liderando o governo de forma a defender seus interesses.

Um dos responsáveis por trazer essas diferenças entre negros e mulatos foi o próprio colonialismo, que, mesmo após seu fim, deixou grandes marcas a medida que as noções de raça daquela época eram muito fortes, desvalorizando assim identidades e outros grupos que não eram brancos.

Assim, os mulatos, queriam se aproximar dos padrões Franceses em relação aos costumes, língua e até mesmo práticas políticas. Enquanto os negros queriam reafirmar suas raízes africanas. Mas, na prática, o poder foi tomado pelos mulatos.

Em Suma, por motivos que valem a pena uma investigação mais profunda, as rédeas da liderança desde os primeiros momentos da revolta haitiana caíram nas mãos de indivíduos cujos antecedentes os faziam pender para a admiração geral, se não dos franceses como indivíduos, ao menos das instituições, maneirismos e linguagens franceses (MURRAY, 1990 apud ROSA).

Esta tomada de poder pelos mulatos fez com que a herança colonial estivesse sempre presente. Sendo assim produzindo assim uma sociedade sem uma real mudança na

estrutura social. “... o modelo colonial haitiano permaneceu intacto, embora fosse paradoxalmente ocupado por sujeitos negros” (ROSA, 1990).

O que podemos notar é que, ao invés de negar o estado colonialista os mulatos pretendiam se tornar os colonizadores, eles pretendiam protagonizar o papel que até então era dos franceses. Para tal foram tomadas medidas como a negação do dialeto crioulo, que não era ensinado nem mesmo nas escolas, e a marginalização do Vodou.

A elite haitiana se impunha de forma a defender o melhoramento da raça negra através do branqueamento, ou seja, eles não se afirmavam negros. Para eles o povo haitiano estava em progresso exatamente pela mistura que teve com a raça branca. Isso pode ser notado até mesmo na literatura Haitiana.

Essa rejeição, esse distanciamento da raça negra, pode ser notado em um trecho de Price-Mars, um imponente escritor Haitiano defensor da causa negra e pertencente a movimentos de negritude.

Com mais forte razão, a palavra negro, outrora termo genérico adquire um sentido pejorativo. Quanto a de 'Africano', ela sempre foi, ela é a apóstrofe mais humilhante que possa ser dirigida a um haitiano. A rigor, o homem mais distinto deste país aceitaria melhor que achassem alguma semelhança entre ele e um Esquimó, um *Samoyède* ou um *Toungouze* desde que não o fizessem se lembrar de sua ascendência provinda de Guiné ou do Sudão (PRINCE-MARS, 1998 apud FIGUEIREDO, 2006).

Isso nos faz perceber a dicotomia entre negros e mulatos e a construção de uma sociedade discriminatória e complexa. Sociedade esta que sofria por tamanhos hiatos entre seus grupos sociais de maneira tal que isso influenciou em decisões tomadas pelos governos.

Devemos ainda destacar o isolamento que o Haiti sofreu em relação ao mercado externo. Este isolamento foi devido ao medo que os países colonizadores tinham de que acontecesse a mesma coisa com suas colônias, a partir do momento que apoiassem o Haiti como país independente.

Outro fator é que, para reconhecer a independência do Haiti, a França, em 1838, exigiu que este pagasse uma indenização de 150 mil francos (FARMER apud MATIJASCIC, 2010).

Este valor fez com que o país, que tinha a economia baseada em uma agricultura de subsistência e até então não podia exportar nada, empobrecesse cada vez mais. Não só empobrecimento, essa indenização também causou uma reaproximação e dependência da França, uma vez que foi através de empréstimos de bancos franceses que a dívida foi paga.

É a partir desse cenário que podemos entender por que o Haiti, que tinha um ideal totalmente revolucionário, aceita pagar uma indenização, imposta pela Europa, a França para então ser reconhecido como independente.

Segundo Paul Farmer, em 1824, o país negro paga à sua ex-metrópole 150 mil francos. Esse pagamento tem relação não só a ampliação do comércio com outros países que agora reconheceriam a sua independência, mas também com o aspirar Francês que os mulatos possuíam.

Porém, para tal pagamento, foi necessário que o Haiti fizesse parcerias com países como Inglaterra e, posteriormente, os Estados Unidos. Mais que parcerias comerciais a ex-colônia voltou a ser dependente de sua ex-metrópole que agora tinha não só a influência cultural entre os mulatos, mas tinha também sua influência econômica de volta.

Esta iniciativa ocasionou sérios problemas como a destruição da infraestrutura de plantação local, o que diminuía a taxa de exportação e se tornava desastroso para a economia do Haiti. Sendo que a consequência mais marcante da revolução foi o fato de ter acabado com o poderio dos brancos, não ter mudado totalmente a estrutura social a qual permaneceu nas mãos da minoria mulata.

Esses problemas desencadearam na execução de Dessalines e outro chefe de Estado assume seu lugar, sendo escolhido por uma Assembleia Constituinte. Ao longo desse governo e de seus sucessores podemos notar que há uma grande inconstância política, que marca a história Haitiana até os dias de hoje. Mas, sobre os governos, podemos dizer que foram uma sucessão de ditaduras que geraram guerras civis e desestruturaram o país.

3.O HAITI E AS INTERVENÇÕES

3.1.A CONSTRUÇÃO DE UMA UM ESTADO OU UMA NAÇÃO?

Então, após 1804 o Haiti se constitui como um país independente, entretanto, muito mais que um País, esse território miscigenado vai se tonando um Estado. Uma vez que o próprio sentimento de independência já fez daquele povo se tornasse uma Nação. Logo, para conseguir entender o porquê do Haiti ter sido uma Nação antes de ser um Estado é preciso entender que estes dois termos se diferem.

Por mais que possa ter sido usada em tempos antigos as palavras “Nação” e “Estado” ganharam uma conotação muito importante na era moderna. Porém, apesar de serem usadas, muitas vezes como sinônimos, ela possuem significativas diferenças.

Ao contrário do que muitos pensam a ideia de Nação, a primeiro momento, não estava ligada à língua ou costumes. Muito mais que isso, a Nação é definida por pessoas que possuem interesses comuns, pessoa que estão subordinadas a um poder de maneira tal a manter uma unidade ou a combater um mal comum.

Na verdade, é esse sentimento de combater o mal comum que direciona várias revoluções da época moderna. Mobilizações populares como a revolução Francesa e a própria revolução haitiana são exemplos disto. “O que caracterizava o povo-Nação, visto de baixo, era precisamente o fato de ele representar o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio ...” (VILAR apud HOBSBAWN, 2011).

Aos poucos a ideia de língua e território ganham mais força. A língua começa a ser vinculada com a ideia de Nação, mas não de uma forma estrita, ou seja, não significava que as pessoas de uma Nação deveriam ter a mesma língua, mas que estas deveriam se sentirem

dispostas a adotar aquela língua, cidadania, aqueles direitos e deveres inerentes a aquela população. (BÖCKH apud HOBSBAWN, 2011).

Já o Estado está relacionado ao um conjunto de instituições. Ou seja, o Estado seria aquele responsável por organizar e manter a ordem da Nação ou, até mesmo, de um conjunto de Nações.

Com isso, o que podemos perceber é o um importante papel dos Estados-Nação diante do capitalismo, uma vez que o desenvolvimento econômico estava vinculado às economias nacionais.

Os liberais, principalmente, na Inglaterra com Adam Smith, se desligavam das ideias de Nação a partir do momento em que defendiam o livre-comércio e o livre-mercado. Para eles, a maximização dos lucros se daria a nível individual o que acabaria por se refletir no geral. Ou seja, quanto maior as riquezas dos indivíduos, das empresas, maior seria a riqueza de um Estado-Nação. Dessa maneira só seria importante investir no que gerasse lucro, as empresas.

Porém, é impossível negar o a função econômica, no século XIX e início do XX, dos Estados-Nação, na medida em que existia uma moeda única, políticas fiscais entre outras vantagens que se deram para o próprio capitalismo de maneira a influenciar a competitividade econômica. “A fragmentação da humanidade em nações é útil na medida em que desenvolve um princípio extremamente poderoso de competitividade econômica” (MOLINARI apud HOBSBAWN, 2011).

Com isso, percebe-se que após a independência o sentimento de Nação haitiana é fragilizado à medida que os interesses comuns que uniam negros e mulatos se desfazem e não se institui uma cultura única, uma cultura do povo haitiano. Pelo menos não a primeiro momento, já que até mesmo a língua oficial passa a ser o Francês e o vodu é criminalizado, como já foi visto anteriormente.

Durante o século XIX, o predomínio da violência e da anarquia política mostrou-se forte, e o atrito racial foi predominante na história do país durante todo esse século. Os haitianos foram levados à descrença nacionalista, que era um dos motivos mais fortes para as lutas contra seus problemas políticos e econômicos (FILHO, 2007 apud OLIVEIRA; SILVA 2010).

Porém, muito mais do que debilidades na Nação, o povo haitiano sofre com a falta de estrutura na constituição de um Estado forte, com leis democráticas e que se institua soberano

e capaz de lidar com crises. E é essa fragilidade e constante instabilidade, principalmente nas lutas políticas pelo poder, juntamente com a não negação do racismo que leva o Haiti a intervenções estrangeiras.

3.2.AS BRECHAS PARA A ENTRADA ESTRANGEIRA

Existem dois processos distintos de emancipação colonial: um que incide na luta violenta de expulsão dos colonizadores e outro na reestruturação da Nação descolonizada rumo a um modelo societário de negação do racismo e do colonialismo. No Haiti, a primeira etapa da descolonização já foi realizada, a outra ainda está por vir, pois o combate anti-colonialista não inaugura, em si mesmo, a perspectiva nacionalista. No Haiti, falta especificamente a discussão da perspectiva nacionalista... (ROSA).

Essa não mudança na estrutura interna do país pós-independência remeteu a uma facilidade na intervenção exterior. Ou seja, a luta que se tratava entre negros e mulatos fez com que ao invés de se unirem para resolver os problemas históricos da ilha eles viessem a procurar a ajuda externa.

O poder manteve-se centralizado na minoria mulata, garantindo privilégios e defesa de interesses para essa elite com o trabalho da grande parcela dos haitianos, os ex-escravos. Ao longo dos anos, os conflitos sociais também se agravavam em decorrência da crônica dependência econômica. (MATIJASCIC, 2010).

Essas circunstâncias facilitaram a ajuda de países que já estavam previamente interessadas diante do momento no qual o mundo estava vivendo, uma vez que os interesses que estavam sendo atendidos não eram os da ilha caribenha, mas sim os da própria superpotência.

“ O Haiti foi alvo das disputas entre as potências, pois era o único país sem influência predominante de uma delas. A vulnerabilidade do haiti a interesses externos foi uma consequência da instabilidade política e da dependência econômica do país” (MATIJASCIC, 2010).

3.3.UM PANORAMA MUNDIAL

Entretanto, para se entender essa necessidade de intervenção que atingia as superpotências deve-se observar o que estava acontecendo no mundo, quais eram as relações

de dominação que estavam fazendo parte de ideologias que, neste momento, se tornavam globalizadas.

Então, o fato maior do Séc XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens. Dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido. (HOBBSAWM, 2011).

Este maior fato ao qual Hobsbawm(2011) se refere é denominado imperialismo. Movimento que começou a partir da dominação, principalmente da África, por países Europeus. Porém, esse movimento teve repercussão na América, de maneira tal que o Haiti não fugiu dessa influência imperialista.

Entretanto, o imperialismo na América Latina se dá não pelos países Europeus, mas sim pelos EUA após a resolução de conflitos internos, ou seja, a pós a guerra de secessão. Com o término deste conflito os Estados Unidos se veem como o primeiro país americano a se industrializar e, assim, consegue entrar na lógica do imperialismo.

A expansão norte-americana estava fixada em duas bases ideológicas. A primeira seria o destino manifesto que se apoiava na ideia de que os EUA estavam predestinados a levar aos outros povos seu modo de vida e sua cultura.

A segunda ideologia, que acaba por se confundir, muitas vezes, com o destino manifesto, é a doutrina Monroe. Formulada em 2 de dezembro de 1823 (BANDEIRA, 2008) , em oposição a Santa Aliança, que estava sendo formada na Europa, a Doutrina Monroe defende o ideal de “*América para os americanos*”. Entretanto é importante observar que o que eles realmente desejavam manifestar era sua hostilidade em relação a intervenção de qualquer caráter, política ou econômica, dos países Europeus em países do hemisfério ocidental, pois estes estariam somente sob o domínio estadunidense.

Mas, a repercussão desta doutrina não parou por somente como um aviso. Muito mais do que uma advertência, a doutrina Monroe acabou por, de certa forma, legitimar a interferência dos EUA nos países Latino-Americanos com o pretexto de manter a ordem social ou até mesmo política.

As duas doutrinas marcaram grandemente a política do presidente norte-americano Theodore Roosevelt como se observa no trecho a seguir:

“A Doutrina Monroe e a política do Big Stick (Grande Porrete) de Theodore Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos (1901 – 1909) que fora também um chefe de polícia de New York, reforçam e complementam a doutrina do Destino Manifesto. Ao que nos parece, Roosevelt acaba por simbolizar a ideia do ‘xerife’, proclamando-se como defensor dos países aliados e a ‘América’ como a polícia do mundo.” (RAMOS, 2007)

Entretanto, o governo norte-americano, diferentemente dos países europeus, não obteve uma conquista formal dos territórios latino-americanos a primeiro momento. Ou seja, eles se valeram muito mais de dominações econômicas e pressões políticas, intervindo militarmente só quando seus interesses eram notadamente ameaçados – como foi o caso do Haiti.

As influências estadunidenses anteriores a entrada militar não se deram somente no plano econômico e político, mas também no plano cultural de maneira que os Estados Unidos impusessem sua cultura frente a cultura latino-americana e com isso suas bases ideológicas, de algumas maneira também começaram a fazer parte das relações sociais haitianas. Ou seja a mentalidade “de ideais de pragmatismo, senso de eficácia e de rendimento, espírito de solidariedade e de disciplina, espírito de iniciativa e de empreendimento surgia como um novo modelo cultural para o país” (VIEIRA;ASUNÇÃO, 2006).

Além disto, os Estados Unidos também se apoderaram da administração do Banco Central Haitiano o que garantia um grande poder deste frente as próprias autoridades do haitianas. (VIEIRA;ASUNÇÃO, 2006).

3.4.A INTERVENÇÃO MILITAR ESTADUNIDENSE

Os Estados Unidos interviram militarmente no Haiti no ano de 1915. Apesar de já ter certa influência sobre o país a intervenção militar só se deu de fato neste ano com a justificativa de conter a instabilidade política. Na época o País passava por uma grande revolta civil. Guillaume Sam, o presidente da época, mandou que matassem mais de cem prisioneiros políticos levando, assim, a população a uma grande revolta na qual o presidente foi assassinado (MANIGAT).

Essa revolta foi determinante para a entrada dos Estados unidos no dia 28 de julho de 1915. Pois eles procuravam um pretexto para continuar sua expansão estabelecendo cada vez mais a hegemonia estadunidense na América latina.

Apesar de um número considerável de Haitianos ter se oposto a intervenção militar-principalmente aqueles de cunho nacionalista- as militares nada fizeram quanto a isso. O que fez com que a intervenção ganhasse ainda mais força (MANIGAT).

A expansão, nesse momento, não visava somente o benefício norte-americano, mas visava também, e, principalmente, a eliminação de qualquer influência germânica que o país pudesse sofrer. Uma vez que o mundo passava pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o Haiti até então era um país sem influência nem dos aliados estadunidenses e nem de seus opositores.

Além disso, o Haiti ficava em uma localização estratégica para a passagem para o canal do Panamá, passagem de Windward. Os Estados Unidos já possuíam uma base naval em Cuba, porém para que essa passagem não fosse obstruída eles precisariam ocupar também Môle-Saint-Nicolas, a noroeste do Haiti. Esse canal é de grande importância econômica para os norte-americanos, por diminuir as distâncias entre a costa Leste e oeste dos Estados Unidos. Temendo que a Alemanha anexasse o Môle-Saint-Nicoles, os Estados Unidos mandaram os marines para o Haiti em julho de 1915 sob alegação de intervenção humanitária (SCHMID apud MATIJASCIC,2010).

A ingerência estadunidense trouxe optou por permanecer com o a elite mulata no poder. Mas, houve algumas mudanças interna no Haiti principalmente no que diz respeito ao policiamento, mas também em relação ao desenvolvimento da capital Porto Príncipe.

Já em 1915, um acordo aprovado no legislativo atribuiu maiores poderes aos Estados Unidos para assumir o total controle das finanças do país. Esse acordo também permitiu a coordenação dos serviços públicos, supervisão da rotina de assuntos do governo e criou uma força militar com funções policiais. (MATIJASCIC,2010).

Essa força militar chamada *Gendarmerie d'Haiti*, esta era composta não só por americanos, mas também por haitianos que estavam sendo treinados pelos *marines*. O papel desta força policial era conter, principalmente, as revoltas populares que se dessem contra a entrada estadunidense. Entretanto, acabou por ter uma grande influência política (MATIJASCIC,2010).

Os Estados Unidos ainda conseguiram que uma nova constituição, redigida por eles, fosse instituída no País para que eles pudessem ter posse de terras, uma vez que a constituição antiga não permitia a posse de terras haitianas à países estrangeiros.

No que diz respeito ao desenvolvimento de Porto Príncipe se observa que este afirmou mais ainda o poderio da elite mulato sobre o país, uma vez que houve uma concentração do investimento em lugares ocupados por esta elite. Sobre esses investimentos beneficiários pode-se citar: “melhorias na infraestrutura: construção de estradas, pontes, hospitais, escolas, sistema de telefonia e saneamento básico.” (HAGGERTY apud MATIJASCIC,2010)

Mesmo com a saída oficial das tropas dos EUA do Haiti em 1934, as influências que esta intervenção trouxe continuam até os dias atuais. Primeiro, porque mesmo com a saída das tropas os Estados Unidos continuam com influência política e econômica sobre o país.

Segundo, porque, nos anos seguintes, a *Gendarmerie d’Haïti* não se absteve da política. Na verdade, eles se fazem muito mais presentes politicamente de modo a falta de apoio da *Gendarmerie d’Haïi*, ao presidente podia fazer com que este fosse destituído do cargo. O que aconteceu muitas vezes e acabou por continuar com a instaurar novamente uma instabilidade. Por último, pode-se ressaltar a continuidade do poder da elite mulata o que, novamente, não muda a estrutura político-social do país.

Esses fatos ratificam os interesses meramente políticos que os EUA tinham sobre o Haiti, pois em nenhum momento houve uma mudança que beneficiasse a população, em sua maioria, ou visasse a melhoria das intuições políticas no país. Na verdade, nesse momento o Haiti se torna muito mais dependente dos Estados Unidos, por causa das dívidas que essa intervenção trouxe. “... obter o controle das finanças do Haiti permitiu que o país deixasse de ser dependente economicamente da França para contrair dívidas com os Estados Unidos...” (FARMER apud MATIJASCIC,2010).

4. UMA NOVA ONDA INTERVENCIONISTA

4.1. UM CENÁRIO PÓS SAÍDA ESTADUNIDENSE

Os Estados Unidos saem com suas tropas militares do Haiti em 1934. A partir daí, o governo da ilha ficou sob a condução de mandatos de civis que não conseguiram resolver o estado de crise no qual o país se encontrava. É em 1957 que François Duvalier, mais conhecido como Papa Doc, é eleito e se declara presidente vitalício. O ditador foi apoiado pelo governo estadunidense interessado em diminuir o avanço comunista no continente.

O período da ditadura de Papa Doc foi um período de grande perseguição e centralização política. Vários civis e líderes de insurgências populares foram mortos por se oporem ao regime e até mesmo a Assembleia Nacional foi dissolvida. Pac Doc foi substituído por seu filho, Baby Doc. Entretanto, a falta de habilidade de Jean-Claude Duvalier para lidar com os conflitos internos fez com que o regime duvarelista chegasse ao fim em 1986. Esta ditadura trouxe uma grande regressão econômica pra o Haiti.

Após uma nova onda de governos instáveis e em certa medida ditatoriais é em 1990 que surge uma nova esperança para o povo haitiano. O sacerdote Jean-Bertrand Aristide defensor da teologia da liberdade é eleito democraticamente, com a maioria dos votos da população negra miserável.

É para a realização dessas eleições que há a primeira participação oficial da ONU na ilha, porque diante de todas as restrições pelas quais o país passava se achou necessária uma supervisão sobre as eleições, para que, de alguma forma, elas ocorressem corretamente.

Para a realização dessa eleição as Forças Armadas haitianas solicitaram o apoio da ONU, no sentido de se estabelecer uma missão especial para a verificação do pleito. Em dezembro de 1990, por meio da missão denominada *United Nations Observer Group for the Verification of the Elections in Haiti*³ (ONUVEH)... (OLIVEIRA;SILVA apud FONTOURA,2005)

Porém um ano após sua eleição Aristide é deposto pelo governo de Bush, presidente americano da época. O governo fica então na mão dos militares.Só no governo de Bill

Clinton, 1994, que Aristide volta a seu cargo de direito, mas é deposto novamente em 2004, o que diminui cada vez mais a sua popularidade.

4.2.O CONCEITO DE INSTABILIDADE E INTERVENÇÃO

Quanto à intervenção internacional, ao se avaliar os parâmetros de possibilidade de intervenção observamos que seus motivos e motivações não são claros. Muito mais que a falta de clareza é também possível observar a falta de padronização nos quesitos de quais países deveriam sofrer ou não a intervenção. Dessa maneira é compreende-se que as intervenções, sendo ela militar ou por ajuda humanitária, se dão muito mais pelos interesses dos países interventores. “Nota-se que não se atribui a mesma atenção a problemas similares, havendo uma seleção para agir”, ” A discrepância no sistema internacional concernente à forma de lidar com conflitos é massiva” (CAVALCANTI, 2010).

Assim, é possível questionar o interesse que até hoje o Haiti apresenta em relação as superpotências.

É importante percebermos o quanto o discurso midiático tem mostrado a necessidade de intervenções em países como o próprio Haiti. E é desta maneira que esses países interventores tem tentando ganhar a opinião pública de maneira a mostrar não só a importâncias, mas a dita necessidade, dessas ações.

Essa necessidade se daria pela instabilidade que esses países trazem em si. Desta forma, assim como no destino manifesto, nos Estados Unidos, e, de certa forma, o próprio imperialismo, ao dizerem que estavam simplesmente levando desenvolvimento para os países até então ocupados, o discurso intervencionista se dá pela dita obrigatoriedade dessas potências de levar um sistema democrático, promovendo a paz e uma certa instabilidade política a estes países.

Mas, o que se observa é que, ao selecionarem as intervenções que lhes seriam favoráveis, os países interventores estão querendo muito mais do que garantir os direitos dos cidadãos nativos, estão querendo é garantir seus próprios direitos, ou melhor, privilégios.

Com isso é imprescindível entender o conceito de conflito interno, devido ao fato de ser um dos pré requisitos para que haja uma intervenção. Uma vez que neste mundo de economia e, de certa forma, política globalizadas os conflitos internos geram consequências

também no âmbito internacional, de maneira tal que se observa respostas internacionais nesses conflitos

Uma intervenção humanitária é justificada quando o comportamento de um Estado resulta em graves ameaças à paz e à segurança internacionais de outros Estados e populações, assim como quando violações graves dos direitos humanos chegam a configurar genocídio, mesmo que seja dentro das fronteiras nacionais (HUMES apud CAVALCANTI,2010).

Definiremos o conceito de conflito interno segundo Brown (1996):

disputas políticas de caráter violento- potencial ou efetivamente -, cujas origens podem ser traçadas a partir de fatores domésticos, ao invés de sistêmicos, e no qual ocorre ou se ameaça o uso da violência armada dentro das fronteiras de um Estado (pelo menos em um primeiro momento) (BROWN,1996 apud CAVALCANTI,2010).

Mas esses conflitos podem acontecer por diferentes motivos. O que mais se faz presente e acaba por possuir consequências mais abrangentes são os maus líderes, que, em sua maioria são pertencentes a elites. Esses problemas no governo acabam por gerar agravar os problemas sociais de maneira que preconceitos raciais, ideológicos, religiosos entre outros acabam por aflorarem e se intensificarem. Embora, em alguns casos, problemas externos também possam influenciar nas causas dos conflitos internos.

O que se está a discutir é o fato que, na perspectiva dos países desenvolvidos detentores, portanto dos meios de intervenção, certos conflitos se revestem de grande importância e outros são considerados como totalmente secundários e desimportantes (SEITENFUS).

Para entender como as relações de intervenção mudaram de certa forma, depois da guerra fria, devemos nos valer da definição de duas palavras, características das relações internacionais, mas que explicarão o que significou essa mudança.

A primeira palavra é unilateralismo, que seria um conceito denominado para representar a situação do Estado-Nação desenvolvidos antes e durante parte da Guerra Fria(1945-1991). Dizer que esses Estados se colocavam em posição unilateral significa que eles buscavam somente seus próprios interesses, principalmente, frente aos países subdesenvolvidos. Seria um Estado “...marcado pela guerra de todos contra todos...” (SEITEFUNS).

A segunda palavra importante para esta discussão é multilateralismo, ela que acaba por mudar as práticas de intervenções e as relações entre Estados- e, neste momento, quando

se fala de Estado se trata daqueles que detinham o poder sobre os outros, os ditos desenvolvidos. Esse multilateralismo é dado quando começam a existir acordos entre os Estados de maneira tal que eles começam a trabalhar em conjunto, a criação da ONU é um importante marco para esse tipo de política. “Todavia será a partir da criação das Nações Unidas, em 1945, que o multilateralismo inicia uma caminhada que deverá conduzi-lo a suplantarmos o arraigado poder unilateral dos Estados.” (SEITENFUS)

E, aos poucos, essa ideia multilateralismo foi se tornando presente nas no que diz respeito as relações internacionais, principalmente nos Estados que dominavam a ONU- através da aquisição da cadeira permanente- uma vez que nenhuma decisão coletiva poderia ser tomada sem o consentimentos dos mesmos.

O preponderante papel do Conselho de Segurança (CS) da ONU na manutenção da paz adicionado à universalização de que se beneficia a Organização das Nações Unidas, faz com que o multilateralismo consiga sobrepujar o unilateralismo que marcava até então as relações internacionais (SEITENFUS).

Com o fim da Guerra Fria surge outro termo importante que seria a cooperação, que a partir daí não se dá não somente intra os blocos, mas entre os distintos blocos, que agora são inexistentes.

4.3. DIPLOMACIA SOLIDÁRIA

A partir disto a diplomacia solidária acabou por ser implantada entre os países. Sendo diplomacia solidária aquela que busca a estabilização de determinado país através da intervenção de Estados que não estejam relacionados direta ou historicamente com ele.

A diplomacia solidária pode ser definida como sendo a concepção e a aplicação de uma ação coletiva internacional, sob os auspícios do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas, feita por terceiros Estados intervenientes num conflito interno ou internacional, desprovidos de motivações decorrentes de seu interesse nacional e movidos unicamente por um dever de consciência. O desinteresse material e/ou estratégico constitui a marca registrada deste modelo de ação externa do Estado-sujeito. Para que tal ausência de interesse seja inconteste é necessário igualmente que o Estado-sujeito não tenha tido no passado qualquer relação especial com o Estado-objeto de intervenção (SEITENFUS).

No caso haitiano encontra-se este tipo de intervenção, uma vez que os países que escolhidos pela ONU como aqueles que interviriam diretamente nos conflitos da ilha caribenha são países que não possuem laços históricos ou interesses sobre o mesmo. Sendo esses países: “Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Equador, França, Guatemala, Índia,

Japão, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Filipinas, República da Coreia, Sri Lanka, Uruguai e Estados Unidos”(BRASIL,2012),sendo o Brasil o responsável direto pela missão.

O primeiro fato que podemos colocar em questão é a França que, como já foi analisado no trabalho, possui laços históricos com o Haiti por ter sido a metrópole deste país. Depois analisamos o caso da entrada doa Estados Unidos nessa comissão, já que este possui uma grande influência se não histórica, pelo menos econômica que começou com sua entrada militar, mas que mesmo após a sua saída oficial possui grandes influências que perduram até os dias de hoje.

Outro fato que podemos citar de maneira a colocar em xeque o conceito de uma diplomacia solidária é o exemplo do próprio Brasil. Mesmo que o Brasil não possua um interesse visivelmente direto relacionado com o Haiti a sua participação na missão de paz evolve muito mais que causas humanitárias causas políticas, uma vez que grande é o interesse brasileiro em uma cadeira permanente na ONU.

Além do mais existe outro problema relacionado a essa diplomacia solidária que acaba por colocar novamente no domínio daqueles países interessados, política e economicamente, no conflito a tomada das decisões. Esse problema surge a partir do momento no qual os países que foram escolhidos como interventores oficiais acabam por não obterem condições de manter ou viabilizar as decisões tomadas. De maneira tal que estes acabam por depender do Conselho de Segurança. “O único caminho que resta para a indispensável busca da eficácia e de resultados concretos, consiste em transferir ao CS a responsabilidade de sustentar materialmente as decisões adotadas.” (SEITENFUS).

A grande incógnita colocada pela diplomacia solidária é saber se essa nova forma de intervenção possui a capacidade de ser reestruturante e trazer benefícios duradouros à população do país e a organização de um Estado que responda aos desafios do presente. Ou se, ao contrário, ela é simplesmente uma nova roupagem para uma velha prática que provocou, entre outras consequências, uma dependência crônica e uma desresponsabilização social que afeta o conjunto da sociedade e do Estado haitianos (SEITENFUS).

Dessa forma, até a própria eleição de Michael Martelly em 2010 corrobora com o fato da diplomacia solidária pouco influenciar nos processos de conquistas de uma sociedade haitiana justa e independente, pois esse como muitos outros governantes são, na maioria das vezes, eleitos através fraudes ou apoio estadunidense.

5.CONCLUSÃO

Em outras palavras, para dotá-los de uma capacidade de intervenção nos conflitos que os afetam é necessário que eles demonstrem capacidade de elaboração de uma nova matriz ideológica e operacional capaz de fornecer uma alternativa ao atual sistema de solução de litígios (SEITENFUS).

Como foi visto o Haiti pobre e necessitado de hoje já foi uma das colônias e, de certa forma, um dos países mais importantes da América Latina. Pois é através da sua luta pela independência que outras colônias latino-americanas também conheceram o que se poderia chamar de sentimento de libertação, mesmo que de uma forma não integral.

Mais do que a influência sobre outras colônias a revolução Haitiana teve uma singularidade nela mesma. Uma revolta feita por dominados que acabou por vencer o exército mais poderoso da época, o de Napoleão.

Mas é a própria independência um dos fatores que acaba por trazer marcas profundas neste país. Uma vez que esta realça os conflitos internos existentes na sociedade Haitiana. Uma sociedade dividida entre os que queriam ser franceses e os que queriam ser africanos. Uma sociedade com povos que diferiam nas suas ideologias, costumes, língua e religião.

Ou seja, a independência, a primeiro momento, pode ter dado um sentimento nacionalista nos habitantes da ilha, um sentimento de luta contra aquele mal comum. Entretanto, derrotado esse mal comum, não houve a construção de uma identidade sociocultural propriamente haitiana, uma vez que cada parcela da população tentava se aproximar da identidade cultural de outros povos.

E o problema não se deu somente na construção desse sentimento nacional, mas também na formação do próprio Estado, que acaba por se tornar fraco, instável e dependente. Pois é a partir da própria independência que se deu a dependência externa, dependência esta que em um primeiro momento está relacionada à França, a própria colonizadora, mas que a partir do século XX vai ser hegemonicamente dos EUA.

Se os governantes Haitianos buscavam seus próprios interesses sem se preocuparem com a população ou mesmo deixavam de pensar em fortalecer a Nação-Estado Haiti, os governantes dos Estados Unidos, de alguma forma, buscavam aumentar o poder de seu Estado-Nação frente aos outros.

Ou seja, os haitianos não conseguiam lidar nem mesmo com seus conflitos internos de modo a ajudar o crescimento e estabelecimento do Haiti diante das outras Nações. E essa é uma das diferenças quando se compara esse tipo de governo com o das nações desenvolvidas, principalmente os Estados Unidos. Este conseguiu resolver logo seus conflitos internos – Guerra de secessão- de modo a se estabelecer como um Estado forte, pensando logo em conquistar outros países.

E é essa dificuldade em lidar com os assuntos internos que acabou por criar um discurso de necessidade de intervenção no Haiti por parte dos países desenvolvidos. Eles se aproveitaram da situação na qual se encontrava o país e ingeriram de maneira a buscar seus próprios interesses.

Assim, o Haiti já passou por várias intervenções, sejam de cunho militar ou social, mas nenhuma delas resolveu os problemas do país, nenhuma delas conseguiu cumprir o que estava estabelecido.

Isso se dá porque, como já foi dito, essas ingerências não tem como função principal a organização das atividades econômicas e políticas do País, ou seja, elas não preparam o Estado de modo que depois que a intervenção acabe este consiga prosseguir na sua reestruturação com suas próprias forças e governantes. Eles nunca ensinam como se faz o pão, só o trazem pronto.

Conseqüentemente, quando as tropas militares ou a ajuda humanitária saem do Haiti os conflitos internos e as necessidades, que não pararam de existir, acabam por se aflorar o que gera a chamada necessidade de uma nova intervenção.

Para tentar romper o ciclo marcado pela indiferença e/ou pela ineficácia das soluções sugeridas frente aos conflitos que afligem os países em desenvolvimento é indispensável um repensar sobre os próprios mecanismos de solução e mediação de conflitos. Em outras palavras, para dotá-los de uma capacidade de intervenção nos conflitos que os afetam é necessário que eles demonstrem capacidade de elaboração de uma nova matriz ideológica e operacional capaz de fornecer uma alternativa ao atual sistema de solução de litígios (SEITENFUS).

Outro fato que não pode deixar de ser lembrado é que mesmo quando as tropas, sejam elas da ONU ou de outros países, não estão oficialmente no país o Haiti continua sendo dependente desses países mais desenvolvidos. Isso porque estes deixaram a ilha caribenha endividada.

Ou seja, não existe só o a intervenção direta, mas também uma indireta que acaba por mexer com as finanças e políticas dos país de maneira a beneficiar a instalação de indústrias estrangeiras para a obtenção de mão de obra barata, a diminuir ou acabar com as taxas de importações e outras medidas que beneficiem os chamados países interventores.

A partir desses relatos é possível entender como um país tão rico acaba por se tornar um dos países mais pobres da América Latina. Pois, mesmo diante dos vários problemas que o país enfrenta internamente é a falta de interesse externo o fator que mais contribui para que o Haiti se torne cada vez mais dependente e despossuído de riquezas próprias.

E essa falta de interesse é encoberta por vários tipos de discursos desde racistas, de que negros não conseguiriam governar a si próprios, até os de ajuda humanitária. E é nesse ponto que se instaura nosso problema, pois é impossível datar até quando essas ajudas servirão apenas como placebo, sem uma real iniciativa que procure mudar e reestruturar as relações do Estado haitiano. Que realmente procure lidar com os reais problemas da ilha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANQUINO, Rubim Santos Leão de.; LEMOS, Nivaldo Jesus Freitas de.; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das sociedades americanas**. Rio de Janeiro; EdRecord, 2002. 8. ed.

AZEVEDO, Elizabeth R; HERBOLD, Hildegard. **Caribe o paraíso submetido**. EdBrasiliense, 1986. (Coleção Tudo é História; 108).

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A Importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, v.24, n.50, p.7-35, jul./dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. Força Aérea Brasileira. **Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH)**. Disponível em:<
<http://www.fab.mil.br/portal/hotsites/missaohaiti/?page=txt5>> Acesso em 24 nov. 2012.
(título em negrito)

CAVALCANTI, Isabella Campos Bretz. **A intervenção em conflitos internos em aspectos jurídicos e políticos: Haiti e Guiné-Bissau**. Dissertação (Bacharel em Relações Internacionais) - Centro Universitário de Belo Horizonte, Minas Gerais, 2010.

CIA - THE WORLD FACTBOOK. Disponível em: <
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>> Acesso em: 24 de maio de 2012.

COGGIOLA, Osvaldo. Haiti: terremoto, colonização e resistência. **O Olho da História**. Bahia, n. 14, jun. 2010. Disponível em: <
<http://oolhodahistoria.org/n14/artigos/coggiola.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

CORRÊA, Paulo Gustavo Pellegrino. **Haiti: história, crise e intervenção**. Disponível em: <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Paulo.pdf>> Acesso em: 23 jul.2012

COSTA, Marina Moreira. **A atuação do Brasil junto à ONU**. Disponível em:<<http://www.brasil-cs-onu.com/brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu/>> Acesso em: 12 nov. 2012.

FIGUEIREDO, Eurídice. O Haiti: história, literatura, cultura. **Revista brasileira do caribe**. v. VI, n. 12, p. 371-395, jan./jun., 2006.

FONTELLA, L.; MEDEIROS, E. Revolução Haitiana: o medo negro assombra a América. **Disc. Scientia**. Série: Ciências Humanas. Rio Grande do Sul, v. 8, n.1, p. 59-70, 2007.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Ed.PazeTerra, 2011.

MANIGAT, Leslie. Haiti: Da hegemonia francesa ao imperialismo americano. **O livro negro do colonialismo**. p.243-265. Disponível em: < <http://books.google.com.br/books?id=jjk8oczeA-0C&pg=PA249&lpg=PA249&dq=haiti+o+livro+negro+do+colonialismo&source=bl&ots=i7634tMJc-&sig=fl4ddndyNCGeeiTtGsWY1zLwiYQ&hl=en&sa=X&ei=NqPIUIq2KZOm9gTz0YAY&ved=0CCsQ6AEwAA#v=onepage&q=haiti%20o%20livro%20negro%20do%20colonialismo&f=false> > Acesso em: 22 nov.2012.

MATIASCIC, Vanessa Braga. Haiti: uma história de instabilidade política. 2010. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Vanessa%20Braga%20Matijascic.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

NORONHA, Aline Garcia Chaves. Mesmos ideais, rumos diferentes: Um paralelo entre a revolução Francesa e a revolução do Haiti. **Revista Ameríndia**. Ceará, v. 8, n.1, p1-9, maio 2010.

NÓVOA, Jorge. O Haiti é o mundo. **O Olho da História**. Bahia, n. 14, jun. 2010.

OLIVEIRA, Andréa Benetti Carvalho.; SILVA, Caroline Cordeiro Viana e. **Segurança internacional: O caso Haitiano no Conselho de Segurança**. Disponível em: <

<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/246/219>> Acesso em: 17 set. 2012

PEREIRA, Duarte. A tragédia haitiana, o imperialismo estadunidense e o subimperialismo brasileiro. **O Olho da História**. Bahia, n. 14, jun. 2010.

POMER, Leon. **As independências da América Latina**. EdBrasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História; 1)

RAMOS, André Luiz Araújo. ; MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo. Religião civil, destino manifesto e política expansionista estadunidense. **Revista Ameríndia**. Ceará, v.4, n.2, 2007.

ROSA, Renata de Melo. **A construção da desigualdade no haiti: experiências históricas e situações atuais**. Disponível em: <
<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/viewFile/160/297>> Acesso: 22 maio 2012.

SEITENFUS, Ricardo. Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea. Disponível em: <
[http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia\(1\).pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia(1).pdf)>. Acesso em: 13 set. 2012.

SILVA, José Maria de Oliveira. Manoel Bomfim e a ideologia do imperialismo na América Latina. **Revista de História**. n.138, p.83-92, 1998. Disponível em: <
http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S003483091998000100006&script=sci_abstract> Acesso em: 3 set. 2012.

SILVA, Maria Cecília de Paula. Haiti livre: primeiras impressões após o tremor da terra que se somou à tragédia social do povo que luta por sua libertação. **O Olho da História**. Bahia, n. 14, jun. 2010.

SOARES, Ana Loryn.; SILVA Elton Batista da. A revolução do Haiti: um estudo de caso (1791-1804). **Revista Ameríndia**. Ceará, v.1, 2006. Disponível em: <
http://www.amerindia.ufc.br/Anteriores/Vol01/vol01_08.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2012

VIEIRA, Jofre Teófilo.; ASSUNÇÃO, Victor Fialho de. A crise no Haiti pós-independência, de 1804-1915. **Revista Ameríndia**. Ceará, v.2, n.2, 2006.